



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 279 - DE 29 DE MARÇO A 12 DE ABRIL DE 2004 - R\$ 1,50

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

Professores-SP aprovam greve: mobilizar para realizá-la



40 anos da ditadura militar:

**A ditadura de ontem e a democracia de hoje
são expressões da ditadura de classe burguesa**

As mentiras do DCTU contra o POB boliviano

Desemprego, arrocho e reformas precisam de resposta de luta

A política econômica do governo se mantém na essência. A pequena redução da taxa de juros praticada pelo Banco Central não altera significativamente os rumos da economia. O empenho do governo em cumprir as metas fixadas pelo FMI o obriga a se afundar no sustento do parasitismo financeiro e no bloqueio aos investimentos produtivos. Ainda assim, essa política não é capaz de reduzir o endividamento público, ao contrário, o amplia. O que coloca o país no caminho da insolvência e de uma crise econômica, social e política de grandes proporções.

A alternativa burguesa de setores ligados ao mercado interno, que reivindicam a redução dos juros e um consequente aumento do investimento produtivo, não é capaz de superar a tendência geral apontada anteriormente. A redução dos juros de forma significativa estimularia as tendências inflacionárias, o que elevaria por sua vez a dívida pública e colocaria o mesmo destino da insolvência do Estado.

A única possibilidade de desvio dessa rota seria um forte crescimento econômico, capaz de sustentar o parasitismo pela via da superexploração do trabalho.

Mas as tendências da economia mundial e interna não apontam para esse salto.

A disputa interburguesa ao redor da política econômica e do orçamento público se mantém. Os partidos de "oposição" burguesa (PSDB e PFL) têm realizado uma campanha contra o governo, com propósitos que juntam a divergência quanto à política econômica, a reivindicação de liberação de verbas aos parlamentares e os interesses eleitorais. O PMDB tem chantageado ao governo ao redor desses mesmos propósitos, ameaçando abandonar a base parlamentar aliada. A redução ínfima dos juros e a liberação de verbas aos parlamentares atenuam mas não dissipam a crise política.

As conseqüências da política econômica são cada vez mais sentidas pelos assalariados: o nível dos salários tem caído (reajustes menores que a inflação) e o desemprego está explodindo nos grandes centros. São Paulo já conta com mais de 2 milhões de desempregados, e tudo indica que esse número vai aumentar.

O funcionalismo reage ao arrocho salarial imposto pelo governo com as greves. Suas organizações de massa, comprometidas pelo apoio das direções

ao governo, não estabelecem uma unidade de luta, nem buscam generalizar o movimento junto aos trabalhadores do setor privado.

As condições políticas favorecem a unificação dos movimentos na defesa das reivindicações. A questão da defesa do emprego deve ganhar força no movimento operário. É possível e necessário organizar os desempregados para lutar pelo emprego ao lado dos demais assalariados. A bandeira da divisão do emprego disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem a redução de salário (escala móvel de horas de trabalho), serve a essa unidade. Cabe desenvolvê-la em oposição ao colaboracionismo dominante nas organizações de massa.

Para os oprimidos, não cabe ficar seguindo qualquer uma das frações burguesas em choque. Nem a governamental nem a patronal descontente. Ambas expressam o aumento da opressão social, da superexploração do trabalho de destruição de direitos. A real independência de classe só pode se realizar com a luta nacional de massa pelas reivindicações, contra o governo, a burguesia e o imperialismo.

Não à Reforma Universitária do governo do PT/Lula!

Unidade dos estudantes com a classe operária e demais oprimidos para lutar contra as reformas neoliberais

A UNE, dirigida pela corrente UJS (PCdoB), convocou uma jornada de lutas do dia 30/3 ao 1/4, com manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 31/03, para defender uma "Reforma Universitária com democracia e por soberania". Ou seja, para defender a Reforma Universitária do governo do PT/Lula, com algumas alterações. Segue assim a determinação de apoiar o governo e suas reformas, aprovada no último Congresso Nacional da UNE,

em 2003. Apresenta a questão da Reforma Universitária como uma questão de "Projeto de Desenvolvimento Nacional" do governo. Caberia a um governo desenvolvimentista elaborar uma Reforma Universitária que estivesse de acordo com esse projeto. Segundo essa mesma ideia, a Universidade Pública tem um "compromisso republicano", do qual ela é desviada quando um governo "não-desenvolvimentista" dirige o país. Os estudantes são chamados

pela direção da UNE a se mobilizar para pressionar o governo a ter uma política desenvolvimentista para a Universidade e o país.

Essa ideia falsifica o conteúdo da Reforma Universitária pretendida pelo governo do PT/Lula. Trata-se de uma proposta que é parte do conjunto de reformas neoliberais (previdência, trabalhista, sindical etc.) com as quais Lula e o PT se comprometeram a realizar desde a campanha eleitoral (Carta aos Bra-

sileiros), de forma a obter o aval dos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.), e o apoio do capital financeiro internacional e das frações capitalistas nacionais para sua eleição e seu governo. Não tem nada a ver com projeto desenvolvimentista ou não. É uma imposição ao país, que o governo do PT/Lula aceitou e se submeteu a ser agente da sua aplicação.

É verdade que todo governo burguês tem de expressar os interesses da burguesia nacional e internacional. Mas as organizações de massa não devem segui-lo nunca. A UNE não tinha de se colocar no apoio ao governo e suas reformas. A direção estalinista da UJS (PCdoB) ilude os estudantes com a possibilidade do governo realizar uma Reforma Universitária benéfica aos estudantes. Ao contrário, a essência da Reforma Universitária do governo do PT/Lula é privatista, mercantilista e obscurantista. É o que vemos:

a) taxação dos estudantes da universidade pública (por meio de cobrança em imposto de renda ou taxas mesmo);

b) corte de gastos públicos, com encurtamento dos cursos (sequenciais de 2 anos), superlotação de salas de aula, financiamento privado pelas fundações, introdução de ensino à distância e telecurso etc.;

c) favorecimento do ensino privado: pseudo-estatização de vagas – pela proposta, as vagas ociosas das faculdades particulares seriam ocupadas por estudantes com suas mensalidades pagas pelo governo, por meio de isenção de impostos, por exemplo. Ou seja, as faculdades pagas não teriam gastos adicionais e ainda embolsariam uma fábula de dinheiro público. Enquanto isso, para as universidades públicas, só cortes...

d) avaliação institucional (novo "Provão" - ENADE), que serve para arranjos e cortes de verbas para as universidades públicas e favorecimento das particulares, as quais usam o Provão como instrumento de marketing.

e) implantação de cotas para negros e estudantes de escolas públicas, que não aumentará o número total de vagas (preservará a exclusão da maioria pelo vestibular, só que com outros critérios). É outra forma de dividir as pouquíssimas vagas públicas e os estudantes.

As reformas neoliberais são uma imposição dos organismos internacionais e do capital financeiro, de forma a garantir o **parasitismo da dívida pública**, a **abertura de novos mercados** a serem explorados pelo capital: na saúde, educação, previdência etc. e a **superexploração do trabalho** (perda de direitos trabalhistas). A Reforma Universitária é parte disso. Leva ao estrangulamento dos gastos públicos com a educação, o sucateamento e destruição do ensino público e o benefício ao ensino privado.

A luta contra a Reforma Universitária não pode se limitar aos muros da universidade: ela tem de ser parte da luta mais geral contra as reformas neoliberais, e ganhará a força necessária para vencer se unir os estudantes à classe operária, que sofre as consequências do conjunto dessas reformas, que têm muito maior capacidade de pressão pela relação com a produção, e à população em geral.

Assim, não se trata de chamar a mobilização estudantil para apoiar a Reforma Universitária e pedir mudanças nela, preservando sua essência. A luta tem de ser claramente contra a Reforma Universitária do governo do PT/Lula. A defesa da universidade pública e gratuita depende disso.

Mas a direção da UNE (UJS/PCdoB) não aponta nessa direção.

- Primeiro, porque apóia o governo e está comprometida em sustentá-lo;

- Segundo, porque não combate o ensino pago, julga que é possível a convivência entre o público e o privado, o que é impossível pelas necessidades de crescimento de mercado impostas pelo sistema capitalista. Sua pretensão de

"regular" o ensino pago expressa um compromisso em preservá-lo. A real defesa do ensino público passa pela luta pela estatização sem indenização de todo ensino pago, colocando-o sob controle da comunidade universitária.

- Terceiro, porque não exige do governo a ampliação de verbas para a educação, de forma a atender as reais necessidades da universidade pública. Ao apoiar a realização do novo provão, ao defender a divisão do número atual de vagas nas universidades públicas (cotas), submete-se à política educacional vigente, que é de exclusão da maioria do ensino superior e desresponsabilização do Estado para com ele.

- Quarto, porque não defende de fato uma universidade autônoma e democrática. A Autonomia da universidade não existe com a avaliação externa e governamental sobre ela (novo provão). E a democracia é uma farsa se a burocracia universitária, braço do governo e da burguesia no interior da universidade, não é destituída. Não há real democracia universitária alterando apenas a porcentagem de participação dos estudantes e funcionários no interior da atual estrutura de poder autoritária. A autonomia verdadeira depende da luta contra a ingerência da burguesia, e essa luta se organiza a partir da assembleia geral universitária, que por sua vez é base da real democracia universitária, e expressa o poder estudantil na universidade.

Ao contrário disso tudo, a UNE tem de expressar a real independência em relação ao governo, o que implica defender com a mobilização as reivindicações estudantis contra o governo do PT/Lula, a burguesia e o imperialismo. Combater o ensino pago que estrangula o público e assim formular a defesa conseqüente de vagas para todos. Lutar pela destruição do poder da burocracia universitária e pela imposição da real autonomia, assentada no poder dos que trabalham e estudam na universidade,

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

poder estudantil.

As escolas técnicas e Fatecs têm luta contra sua própria destruição. Unidades da Unesp estão em greve reivindicando a contratação de professores e a defesa do ensino público. Cabe or-

ganizar nacionalmente um movimento de resistência dos estudantes à Reforma Universitária do governo do PT/Lula. Um movimento que tem de levantar bandeiras claras de defesa da universidade pública e gratuita e se unir aos de-

mais explorados no combate às reformas neoliberais de conjunto.

Não está colocada uma Reforma Universitária, mas a transformação revolucionária da universidade, o que implica na destruição do capitalismo.

1º Encontro da Corrente proletária Estudantil de Ceará-Mirim

Pela primeira vez, a Corrente Proletária Estudantil pôde realizar seu encontro para discutir a situação política, fazer um balanço da atuação e planejar as atividades para o próximo período. Trata-se do momento de politização da militância jovem e da compreensão da importância de se construir os organismos de luta nas escolas, que são os grêmios independentes das direções escolares e dos governos.

O Encontro iniciou com a discussão da conjuntura.

Em nível internacional, foi destacado o ponto da crise histórica do capitalismo, que se manifesta por meio do crescente intervencionismo econômico e militar das potências imperialistas e da profunda crise de superprodução. A ocupação militar dos Estados Unidos no Iraque e a imposição de medidas econômicas neoliberais nas semicolônias têm suas raízes na desagregação do sistema econômico, obrigando assim o imperialismo a buscar diferentes formas de manter suas taxas de lucro e controle das fontes de matérias primas. A opressão nacional e social só poderão ser eliminada por meio da unidade antiimperialista e anticapitalista dos povos explorados. Uma luta para pôr abaixo o capitalismo e implantar o socialismo.

Sobre a política nacional, foram destacados os seguintes pontos: 1) O governo PT/Lula se mostra submisso ao imperialismo; 2) Trata-se de um governo de traição das aspirações dos trabalhadores, porque foi eleito prometendo 10 milhões de empregos, três refeições ao dia e a reforma agrária. Até agora não cumpriu e nem cumprirá tais promessas. Isso porque não poderá realizar reformas que implicariam em industrialização e desenvolvimento da semicolônia sem romper com os acordos e contratos com o imperialismo; 3) O go-

verno Lula, para atender os compromissos com o FMI/Banco Mundial, realiza o contrário do prometido às massas. Em seu primeiro ano de governo, já são mais de 700 mil desempregados e já morreram mais trabalhadores sem-terra em conflitos do que em todo o governo FHC. Retira direitos trabalhistas e sociais, dando continuidade às reformas da Previdência e mantendo medidas de destruição de postos de trabalho e contratos temporários sem vínculos empregatícios. Para manter a exigência de superávit primário de 4,25%, o governo corta recursos dos serviços sociais e anuncia a Reforma Universitária, que visa a mercantilização do ensino público. As direções sindicais e estudantis, na sua grande maioria, apóiam o governo e colocam os organismos (sindicatos, UNE, UBES etc) a serviço da manutenção da governabilidade do PT. Os trabalhadores e os estudantes, que sofrem o peso das medidas neoliberais, devem ganhar às ruas na defesa das reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas e acesso livre a todos os níveis de ensino.

Na discussão sobre a política local, foram considerados: 1) enquanto o governo Lula corta verbas dos serviços essenciais e aprofunda a miséria da população, Vilma de Faria (PSB) e Ednólia Melo (PSDB) comparecem de mãos dadas para efetivar os ataques aos trabalhadores; 2) A governadora Vilma se antecipa nas medidas que visam privatizar os serviços públicos. No início do ano, aprovou o PEP (Programa Estadual de Publicização), que abre todos os setores dos serviços públicos no Estado para a atuação de empresas privadas, permitindo, inclusive, que empresas administrem os órgãos públicos. Implementou o repasse de recurso direto para as escolas, que pagará R\$15,00 por mês para cada

estudante do ensino fundamental e R\$21,00 para cada estudante do ensino médio. A aprovação da medidas veio acompanhado do falso discurso de que haverá participação dos estudantes na aplicação dos recursos. Na verdade, propõe a miséria para os estudantes das escolas públicas; 3) A prefeita Ednólia Melo realiza uma verdadeira chacota com os recursos do Fundef. A situação das escolas da zona rural é de total abandono, os estudantes assistem aulas em galpões e corredores das escolas. E quando há salas de aula, estão superlotadas, sem ventilação e caindo aos pedaços. Os ônibus que transportam os estudantes da zona rural para as escolas da cidade são péssimos, não há manutenção, os contratos são feitos com pessoas ligadas à prefeita e viajam com lotação acima do permitido. Está aí por que os trabalhadores e estudantes devem se unir num movimento em defesa dos serviços sociais gratuitos, pela estatização de todo o sistema de transporte (sob o controle dos trabalhadores), fim das medidas de privatização, emprego a todos, salário capaz de manter uma família, estatização de todo o sistema de ensino, fim da rede privada e terra aos camponeses pobres. Não há outro caminho para defender essas reivindicações se não for por meio do enfrentamento direto contra os governos em todas as esferas – municipal, estadual e federal.

O ponto sobre a avaliação da Corrente Proletária Estudantil concluiu que é necessário priorizar a intervenção nas escolas, ter um boletim regular, que será usado como forma de mobilizar os estudantes para a luta em defesa da escola e do emprego, realizar atividades como as plenárias e debates, procurando eievar politicamente os estudantes e trabalhar pela formação e consolidação dos grêmios livres.

PUC-SP: Estudantes ocupam reitoria contra repressão e refletem a crise universitária

A ocupação da Reitoria contra a punição de 20 dias de suspensão a 12 estudantes, com a justificativa de quebrarem a disciplina realizando uma festa proibida, tem causado um conflito interno à PUC, que há muito não acontecia. Surgiu um movimento contra e a favor entre os próprios estudantes, professores e funcionários.

Na mesma noite da ocupação, os professores realizavam uma assembléia para dar encaminhamento à luta contra os atrasos salariais, sobre o contrato de trabalho e a campanha salarial. Em seu final, foi aprovada a moção contra as punições e por sua retirada.

Bastou para que setores da burocracia (diretores de faculdade, chefias e subalternos) iniciassem ações contrárias. Querem que a Apropuc se posicione pela condenação da ocupação. O mesmo tem se passado no interior da Afapuc. Para completar o quadro da reação, os Centros Acadêmicos de Direito e da FEA realizaram uma assembléia e aprovaram o fim da ocupação. Em passeata, os estudantes dirigidos pela reação foram até a Reitoria para exigir dos ocupantes o fim do movimento. O choque esteve perto do enfrentamento físico.

O movimento da reação procura isolar os ocupantes e caracterizar a luta contra a repressão como ação de uma minoria radical e aventureira. O posicionamento dos professores que seguem a pressão da Reitoria e da burocracia indica o conservadorismo e o reacionarismo de um segmento da classe média acomodada à sociedade de classe e de opressão da maioria trabalhadora. São, via de regra, reprodutores da ideologia dominante.

O extraordinário é a despolitização dos estudantes, da maioria que permanece alheia e distante do conflito. O que mostra bem a ausência de direções estudantis que expressem a política da classe operária no interior do movimento da pequena burguesia. O contingente de Direito e da FEA que partiu para desalojar os ocupantes constitui a nata da elite estudantil de uma Universidade paga em ouro. Não por acaso os Centros Aca-

dêmicos dessas Faculdades se destacam pelo direito de posição e por desenvolver uma política de despolitização, manifestando-se nas situações de luta como defensores da ordem vigente.

É visível que os ocupantes recebem apoio da camada mais arruinada dos estudantes, que paga sacrificadamente as altas mensalidades, ou está próximo à inadimplência, ou que já está inadimplente. Também são os mais críticos ao ensino arcaico e submetido ideologicamente ao mercado. A ocupação da Reitoria por uma pequena parcela, mas representativa da camada mais sacrificada, com a bandeira de fim das punições expressa, na realidade, o descontentamento com as altas mensalidades, com a decadência do ensino e com as condições de existência da camada mais empobrecida da classe média.

Esses são os problemas de fundo que não puderam vir à luz do dia, devido ao meio conservador condicionado pelo setor abastado e acomodado da pequena burguesia, sobre a qual a casta conservadora da burocracia universitária se apóia. A denúncia de que professores (não todos) têm feito campanha em sala de aula contra a reivindicação de não às punições e pelo desalojamento dos ocupantes e o ímpeto como têm condenado a ocupação mostra bem essas relações sociais.

Mesmo uma parcela que parece mais esclarecida e de inclinação para a esquerda tem servido às pressões contra os ocupantes.

Desatou-se uma campanha para retroceder a posição da Assembléia da Apropuc.

O fundamental desse processo é que a ocupação fez vir à tona a repressão aos estudantes, que vinha sendo imposta em silêncio por uma comissão de sindicância chefiada justamente pelo diretor da Faculdade de Ciências Sociais, adversário fidalgo da atual direção do Centro Acadêmico, que tramitaria em calmaria pelo Conselho Universitário e que atenderia a posição da Reitoria de punir os ditos culpados pela indisciplina.

Os acusados poderiam recorrer ao

Conselho, sabendo que a sentença já estava dada pela Comissão e assim a penalidade estaria coberta de democracia e justiça. A luta estudantil, usando a ocupação, estremeceu esse percurso, pôs em questão o problema da penalidade da instituição contra estudantes e lideranças e demonstrou também o quanto deformadas se encontram as direções que fazem das festas motivos de ação política na Universidade, quando os trabalhadores e a juventude oprimida (não a camada rica e acomodada) necessitam constituir direções combativas e revolucionárias, para enfrentar grandes problemas.

Mas o essencial da situação é o enfrentamento às punições que vêm do poder da Universidade e de sua burocracia. Essa luta ajudará o movimento estudantil a dar um passo à frente. Está trazendo importantes lições e politizando. A confrontação entre a democracia formal ou a pseudo democracia formal da PUC com o movimento social tende a se agravar com a sua crise financeira particular e com a crise geral do ensino, que, por sua vez, como superestrutura social e ideológica, expressa a desintegração da base econômica do capitalismo.

Fortalecer a luta e a consciência contra toda forma de repressão da classe dominante, de suas instituições ou de seus representantes é necessário para organizar os movimentos independentes dos oprimidos. A democracia universitária será uma conquista do movimento organizado dentro e fora dos campus. Emergirá da ampla luta pela ensino público, laico, científico e ligado à produção social, que por fim ao sistema privado da educação e permitirá o controle real do ensino por aqueles que estudam e trabalham, que se libertaram da política e das amarras das instituições burguesas. Expressará conquistas dos explorados, sob a política do proletariado. É com essa clara definição de classe que lutamos contra qualquer forma de repressão. Que se revogue imediatamente as punições aos estudantes.

Posição da Apropuc e Afapuc sobre a ocupação

Resolver o impasse por meio da política e dos métodos do movimento social

As diretorias da APROPUC e da AFAPUC, diante da situação de impasse em relação ao conflito sobre as punições, fazem um chamado à Reitoria a atender a reivindicação estudantil de não-punição. Poria, assim, fim à ocupação estudantil das dependências administrativas da Universidade.

A solução do impasse - primeiro desocupar para depois rever as punições - permitiria voltar às causas (conflito em torno das festas). Entidades, como APROPUC, AFAPUC e centros acadêmicos, fariam parte da discussão e superação das causas originárias da punição. As assembleias dos três setores poderiam assegurar a democracia universitária.

A via da repressão punitiva não é a dos movimentos sociais. Não desconhecemos que é um instrumento institucio-

nal do poder da Universidade. Problemas sociais e políticos têm de ser enfrentados pela via social e política. Também não desconhecemos que a punição desfechada pela instituição é de caráter social e político, com a diferença de ser institucional-repressiva a atividades estudantis. Aí reside o impasse que resultou do confronto em torno das festas.

Sem dúvida é lamentável que o choque tenha suas raízes em acontecimentos como festas e proibição, quando o movimento social tem pela frente grandes problemas nacionais, internacionais e, particularmente, educacionais. Esse processo reflete a imaturidade e profunda despolitização do próprio movimento estudantil e dos movimentos sociais em geral. Mas o fundamental de nossa orientação é de enfrentar tal problema

com os meios da política que vem dos próprios movimentos sociais.

A não-resolução do fim das punições, juntamente com o fim da ocupação, tem gerado uma polarização de forças, abrindo flancos para saídas que comprometem a conquistas democráticas alcançadas historicamente nesta universidade.

Neste sentido, as diretorias da APROPUC e da AFAPUC vêm afirmar a necessidade fortalecer a posição de solucionar o conflito, que tomou a forma de punição-ocupação da Reitoria, por meio da política e dos métodos sociais.

Considera, ainda, necessário encontrarmos formas de superar as causas que levaram à punição e à ocupação.

*Diretoria da APROPUC
Diretoria da AFAPUC*

Cresce o movimento grevista na educação

Nem bem começou o ano letivo, os trabalhadores da educação estão nas ruas contra a política de arrocho salarial, de desemprego e de destruição de conquistas contidas nos Planos de Cargos e Salários determinados pelos governos estaduais, municipais e federal. Os professores das escolas técnicas de São Paulo estão em greve há mais de 40 dias e reivindicam reposição imediata dos salários. A greve dos professores do Mato do Grosso, que já dura várias semanas, tem como exigência a reposição de perdas salariais. No Piauí, os educadores são obrigados a recorrer a longas greves quase todos os anos em função da miséria salarial e das condições de trabalho. No Rio Grande do Sul, os professores também aprovaram a greve. No Rio de Janeiro, os trabalhadores da educação já paralisaram exigindo contratação imediata e fim dos contratos temporários. Por todos os Estados e municípios há um descontentamento geral contra a miséria salarial e o aumento da exploração do trabalho.

Os prefeitos e governadores agem de forma centralizada contra os movimentos

grevistas que exigem reajustes, fim das reformas neoliberais, que impõem a liquidação de direitos elementares. Apóiam-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina os limites de gastos com o funcionalismo, para não conceder reajustes salariais e eliminar conquistas sociais incorporadas nos planos de carreira. Com isso, o arrocho é mantido há quase uma década, as condições de trabalho cada vez mais precárias e contratos temporários sem vínculos empregatícios. Alguns Estados, ao invés de reposição salarial, os governadores impuseram o "Bônus", uma forma de eliminar os encargos sociais e iludir uma parcela dos funcionários.

O governo federal pressiona os Estados e estes os municípios para conter "gastos" e viabilizar o pagamento das dívidas interna e externa. Por detrás está a diretriz dos credores internacionais, que exigem o cumprimento dos acordos e contratos. O governo PT/Lula dá continuidade a essa política, exigindo que governadores e prefeitos sigam a cartilha do FMI. O peso dessas medidas recai sobre os trabalhadores em geral, atingindo

os funcionários públicos e os serviços sociais, entre eles a educação.

A grande maioria do funcionalismo, em particular os da educação, tem feito greves e grandes manifestações de rua. Porém, não tem tido uma ação centralizada. Comparece de forma isolada, greves por setores e greves por estados. Não há uma política das direções sindicais de unificação grevista, que daria força ao movimento para quebrar com as medidas antitruabalhadoras. Basta lembrar da greve das universidades federais que durou 200 dias, mas que não conseguiu ganhar o apoio efetivo de todo o funcionalismo, que só poderia ser por meio de uma greve unitária. A fragmentação e o isolamento dos movimentos se opõem a ação centralizada dos governantes. A política da burocracia sindical é corporativista, agindo assim contra a tendência e a disposição de unidade instintiva dos trabalhadores. Esse é um obstáculo que o funcionalismo terá de enfrentar para que de fato possa dar expressão coletiva e de massa às mobilizações grevistas e arrancar as reivindicações de emprego, salário e conquistas sociais.

Professores-SP

Pôr em pé um forte movimento grevista

A assembléia demonstrou disposição de luta dos professores. Os 10 mil professores tomaram a Praça da República e mostraram o profundo descontentamento com o arrocho salarial, com a Reforma da Previdência, com as péssimas condições de ensino e trabalho e a destruição de conquistas históricas do magistério. A maioria rejeitou a proposta de não ir à greve e de greve de tempo parcial. Votou pela greve. Porém, aceitou a proposta da ala majoritária da diretoria (PT e PCdoB) de esperar a negociação do dia 12 de abril, fazer uma vigília no momento da negociação e realizar uma nova assembléia no dia 16, para iniciar a greve, caso o governo fosse intransigente.

A Corrente Proletária defendeu o início imediato da greve. Chamou a não confiar nas promessas de negociação. Isso porque o governo teve tempo de sobra para negociar com o sindicato, pois há muito tempo está de posse das reivindicações. Ele apostou no fracasso da assembléia (pouca presença), mas quando viu que havia uma disposição de paralisar, tratou de convocar uma negociação, poucas horas antes da assembléia. O objetivo do governo parece ser o mesmo de anos anteriores: enrolar com negociações intermináveis até desmobilizar por completo as escolas. Por isso, consideramos que era um erro dar uma trégua, pois a experiência já nos ensinou que esperar vinte dias é dar fôlego para o governo aumentar a repressão por meio dos dirigentes de ensino, supervisores e diretores. Mas a maioria não sentiu segurança para enfrentar uma greve de imediato.

Aumentar nossas forças

O governo espera que o movimento se esmoreça. Ao contrário, os 10 mil professores precisam convencer aqueles que ainda vacilaram em paralisar as escolas. A formação dos comandos de mobilização nas regiões, as visitas a todas as escolas, reuniões com os pais e as assembléias com os estudantes devem ser nosso ponto de partida.

A diretoria da Apeoesp deve fazer um chamado aos professores municipais e ao

funcionalismo para a assembléia conjunta no dia 16 de abril. A unidade de toda escola, professores, funcionários, estudantes e direção é fundamental para conter as medidas repressivas do Estado.

A força do movimento está na mobilização coletiva e de rua. A política corporativista (cada um para si) não é própria dos trabalhadores, mas sim de direções sindicais colaboracionistas. Construir a unidade grevista a partir das escolas é fundamental para impedir que o governo e as direções colaboracionistas enterrem a campanha pelo reajuste imediato, pela abertura de escolas e salas de aula, pelo emprego e pelo fim das reformas de destruição de direitos, como o da Previdência.

Não podemos confiar na negociação do dia 12

A negociação só vai existir se o governo sentir que permanece à disposição de greve. Caso contrário, é mais uma bravata do governo.

É preciso entender que o governo se apóia na Lei de Responsabilidade Fiscal para negar todas as reivindicações. Foi essa resposta que deu na negociação com os funcionários da saúde, no dia 26 de março. Certamente, fará um jogo com um calendário de negociações até desmobilizar por completo o professorado.

Construir os comandos de greve

Em todas as regiões devem ser convocadas plenárias de organização do movimento e formação dos comandos de mobilização. Esses comandos têm a função de realizar reuniões nas escolas e nos bairros.

Assembléias em todas as escolas

Nossa tarefa tem de ser uma só: preparar a greve para iniciar no dia 16. Para isso, as escolas têm de estar organizadas e mobilizadas para que essa assembléia seja mais expressiva do que a primeira.

A organização de assembléias em todas as escolas, com a participação dos tra-

balhadores da educação, pais e alunos é fundamental para politizar o movimento e dar expressão concreta à unidade grevista. Sabemos que somente a mobilização pode fazer o governo recuar de sua estratégia de cortar gastos com a educação e manter o arrocho salarial.

Unificar nossas reivindicações com as dos estudantes

Os estudantes lutam por vagas, pelo fim dos vestibulares que impedem o acesso às universidades públicas, pelo passe-livre nos transportes e pelo emprego. A bandeira de nenhum jovem sem escola e nenhum jovem sem emprego deve ser incorporada à luta dos trabalhadores da educação, que precisam de emprego, melhores condições de ensino e trabalho e reajustes imediatos.

O movimento grevista ganhará força se contar com as massas estudantis, que sofrem o peso do ensino de má qualidade, das salas superlotadas, do desemprego e da violência

Só a greve pode barrar as ameaças repressivas de Alckmin

Bastou anunciar assembléia e o "indicativo" de greve para que Alckmin retirasse da gaveta os processos da greve de 2000. Depois de exonerar 4 professores, puniu mais 35 e intimou-os, agora, a depor no distrito policial. O governo pretende, com isso, intimidar e arrefecer a luta. A resposta tem de ser a greve. Somente o movimento grevista pode garantir a suspensão das medidas repressivas do PSDB, inclusive, a reincorporação dos professores exonerados.

Abaixo a repressão! Fim das punições! Volta imediata dos professores demitidos!

Participe da plenária da Corrente Proletária – dia 4, às 13:30 horas, na Rua Coriolano, 525, Lapa. Em seguida, haverá o debate sobre os "40 anos da ditadura militar no Brasil".

Assembléia massiva aprova a greve

A assembléia estadual reuniu cerca de 10 mil professores. As faixas indicavam o profundo descontentamento com a política do governo Alckmin (PSDB). O achatamento salarial - quase nove anos sem reajuste - os volumosos descontos - de 11% da Previdência, 2% do Iamspe e o confisco do Imposto de Renda na fonte - e a precarização das condições de trabalho contribuíram para a grande manifestação e a votação de que é preciso ir à greve. Foram poucos os votos contrários à greve.

Porém, havia uma manobra da burocracia sindical, que defendeu a greve mas indicou nova assembléia para o dia 16 de abril. O argumento de que o governo anunciou uma negociação para o dia 12, que era preciso aguardar os resultados e, caso não houvesse resposta positiva às reivindicações, a assembléia deflagraria o início da greve, foi decisivo

para ganhar os votos daqueles que ainda têm esperanças de que é possível conquistar parte das reivindicações sem ter de ir à greve. As experiências das greves passadas, que foram longas, radicalizadas e violentamente reprimidas, ainda cravam fundo no meio do professorado. O que influiu também na prorrogação do movimento grevista.

A Oposição Alternativa (setores petistas e PSTU), que também compõe a diretoria da Apeoesp, assumiu a proposta inicial da direção de greve a partir do dia 5 de abril. Criticou a conduta da maioria da diretoria de jogar o movimento para a segunda quinzena de abril. Mesmo sabendo que o dia 5 era quase véspera de feriado prolongado, a proposta obteve muitos votos.

A Corrente Proletária (POR) defendeu a aprovação da greve e o início imediato. Mostrou que o governo jogou com

uma negociação (dia 12) para arrefecer a disposição de luta. Isso porque desde a última greve (de 2000), o governo não recebe as direções sindicais e se recusa responder às reivindicações. Usou o argumento de que na negociação ocorrida com os funcionários da saúde, ocorrida pouca horas antes da assembléia, Alckmin foi taxativo em negar o pedido de reajuste. Defendeu unidade dos professores municipais e estaduais e o funcionalismo num só movimento grevista. Mesmo assim, prevaleceu a ilusão criada pela burocracia sindical de que é possível uma negociação sem estar em greve.

Somente por meio da experiência com a política da burocracia e a ação da militância em favor da greve poderá quebrar com essas ilusões e pôr em pé um forte movimento grevista unitário contra os governos.

Paraná

Patrulha Escolar de Requião = Mais violência do Estado

No início do ano letivo, em vez de anunciar a construção de escolas e contratação de professores para garantir o direito democrático de *escola para todos*, o governador do Paraná, Roberto Requião, inaugurou seu projeto de Patrulha Escolar. A medida veio maquiada como grande solução para a violência nas escolas, assim o governo tratou de caracterizar os policiais como "conselheiros" e "assessores de segurança", que raramente usariam o poder repressivo. Nada mais falso; nos colégios da periferia é possível ver policiais "aconselhando" (com armas em punho e muita truculência) estudantes a não permanecerem num raio de 100m dos colégios. Basta a patrulha estacionar em frente ao colégio para que os estudantes fiquem silenciosos e apreensivos.

Além disso, os policiais entram nas escolas, dão palestras aos alunos (difundindo a ideologia da passividade e do individualismo) e interferem nas atividades dos grêmios. Se antes de esta-

rem dentro dos colégios os policiais já impediam estudantes de participarem de manifestações, com esta permissão do Estado e das diretorias, a marcação em cima da organização estudantil será mais acirrada. É preciso rechaçar a patrulha escolar e lutar pela autonomia das Escolas, o que significa barrar as ingerências do Estado desde a definição dos planos pedagógicos até a permissão da entrada de policiais; e colocar a Escola sob o controle de seus trabalhadores e estudantes.

A luta de classes é uma guerra entre exploradores e explorados, e uma das armas é a ideologia. Mesmo com imagens que mostram a truculência da patrulha, a burguesia, por meio de seus jornalistas, professores, padres, políticos e pastores, tenta convencer os estudantes de que só os "bandidos" devem temer a polícia, rompendo a solidariedade entre os estudantes quando alguém é alvo da repressão. Além disso, os exploradores tentam incutir na cabeça dos explorados que eles não podem recorrer à

violência para barrar a opressão.

No capitalismo, o Estado tem o monopólio da violência legalizada. Democráticamente reconhece o direito ao protesto, desde que mantido nos limites do pacifismo impotente e inconseqüente. É preciso derrotar também no plano ideológico a burguesia, organizando nas escolas os jornais dos grêmios livres, que publiquem posições debatidas e aprovadas em assembléias.

Devemos responder às medidas de militarização das escolas com a organização dos estudantes em grêmios livres que, sob a política proletária, mostrem que uma das principais causas da violência é o desemprego. E que organizem a luta por Escola e Trabalho para todos.

É preciso rechaçar essa patrulha escolar e dizer ao governo: **Sem escola e emprego para a juventude qualquer promessa de fim da violência é mentirosa.**

Não à militarização das escolas! Nenhum jovem fora da escola! Nenhum jovem sem emprego!

Municipais - São Paulo: Marta não oferece nada de reajuste e burocracia sindical aceita a enrolação

Depois de 15 dias da entrega da pauta de reivindicações à Secretaria de Gestão, os municipais voltaram para saber a resposta. Após 3 horas de espera, a diretoria voltou com a cara "lavada" sem nada nas mãos a não ser uma proposta de "duas novas rodadas de negociação que serão nos dias 1 e 6 de abril e em separado do resto do funcionalismo".

Enquanto negociava, foi instalado o ato público e aberta a palavra aos presentes. A manifestação foi se dispersando diante de tanto tempo de espera. Assim a passeata prevista para encontrar os professores estaduais, que também estavam protestando em local próximo, foi prejudicada.

A assembleia foi instalada com a volta dos burocratas. Num quadro fragilizado com poucas pessoas presentes só podia aprovar a farsa do "estado de greve". Além disso aprovou um ato público num dos dias que acontecer o Fórum Mundial da Educação no Anhembi, e finalmente obedeceu o calendário da CNTE de realizar a próxima assembleia no dia 15.

A proposta de assembleia unificada mais uma vez foi sabotada, por força das manobras do PCdoB, para manter sua política de atos festivos e de pressão. A burocracia colaborou com o esvaziamento da assembleia. Todas as alas que compõem a diretoria

(PCdoB/PT/Independentes/FSTU) reclamam da política eleitoral do PT e dos gastos exorbitantes com os CEUs. Da falta de verbas para o restante da rede, do inchaço das salas de aula, da falta de vagas para o ensino infantil, dos projetos vetados pela prefeita (como o que propõe o máximo de 30 alunos por sala) e da falta de professores. Porém, são incapazes de organizar a greve porque não podem se confrontar com seu aliado eleitoral. Principalmente agora, diante da grave crise que atravessa o PT.

Comunas de trabalhadores estão

insatisfeitos com a política da prefeitura petista. As ações judiciais que foram ganhas relativas aos 80% das perdas Maluf/Pita, Marta recorreu, e, nos casos em que ganhou, está extorquando em parcelas sem comunicar ao servidor. A última parcela dos 2,3%, referente a inflação de 2002, paga nos holerites de janeiro, sequer foi sentida pelos trabalhadores.

A política da burocracia tem sido de aceitar esmolas e parcelamentos, sejam da inflação acumulada ou da gratificação educacional. Neste ano eleitoral, o orçamento está mais reduzido ainda. O PT se comprometeu em pagar a dívida com o governo federal, com os empresários, investir em propagandas, doar verbas para os partidos aliados e sustentar os luxuosos CEUs. Não se importa com salários do funcionalismo. Respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal ditada pelos banqueiros, por isso precisa retirar direitos, impor mais arrocho salarial e maior exploração do trabalho. Não é à toa que a Secretaria de Finanças insiste em reenquadrar o magistério no novo plano de carreira - PCCS; não abandonou a ideia de cortar quinquênios e 6ª parte, e agora se prepara para arrancar mais 6% dos servidores para o IPREM,

A burocracia sindical, percebendo esse quadro, tem atuado não diferente dos outros burocratas cutistas de reivindicar "pouco" para não se desmoralizar. Abandonou até as promessas de campanha eleitoral de Marta e propôs como bandeira central de campanha salarial, um piso rebaixado de "3 mínimos". Assim canta como vitória qualquer migalha que o governo oferecer.

O problema é que nem isso o PT poderá pagar por causa do orçamento comprometido.

Agora a burocracia está encurralada. Por um lado, é pressionada pelo PT e seu partido aliado, por outro, pelos trabalhadores.

A política de esmolas praticamente chegou ao fim e os burocratas serão obrigados a mostrar mais claramente sua dependência e submissão ao governo.

O POR, na assembleia, defendeu a pauta unificada e assembleia conjunta com os professores estaduais, para construir a greve unitária, única forma de luta que de fato modificará esse quadro. Essa proposta teve aceitação por uma boa parcela da categoria, que trabalha nas duas redes de ensino.

A assimilação dessa proposta só se dará de fato conforme se desmoralizar a política "de faz de conta que luta" implementada pela burocracia. Quando o funcionalismo perceber que só tem perdido, por aceitar uma política que não combate o neoliberalismo do PT.

Paralisar as escolas - Assembleia unitária

Foi votado que a próxima assembleia será no dia 15. Porém os professores estaduais votaram para o dia 16. Não podemos dividir o movimento. É necessário que as direções da Apeoesp e Sinpeem chamem a unidade. A assembleia unitária cumprirá o papel de votar a unidade grevista, pois nem Marta, nem Alckmin oferecerão um tostão aos professores.

É possível arrancar nossas reivindicações, só com unidade na luta. Organizar um único movimento para derrotá-los.

Reunião da Corrente Proletária na Educação

Dia 04, às 13:30h, faremos uma reunião onde discutiremos novas propostas para o movimento. Em seguida, teremos uma palestra-debate sobre o golpe militar de 64.

LOCAL: Apeoesp - Subsede Lapa - Rua Coriolano, 525

Encontro Operário

O POR realizou mais um encontro operário. Eis as resoluções

1. A situação da classe operária nesses últimos anos tem se agravado. O desemprego, o rebaixamento salarial e a destruição de conquistas trabalhistas se avolumaram após dez anos de aplicação das medidas neoliberais, determinadas pelo Fundo Monetário Internacional. As multinacionais impuseram os acordos de redução de jornada com diminuição salarial, o banco de horas, a terceirização, os contratos temporários, o lay-off, pisos diferenciados para a mesma função e o aumento da produtividade do trabalho (superexploração). O crescimento do número de trabalhadores sem vínculo empregatício – sem carteira assinada – atingiu a maioria assalariada. A destruição de milhões de postos de trabalho, num país que carece de desenvolvimento e que dispõe anualmente de 1,5 milhão de jovens aptos para o trabalho tem levado o país e as massas oprimidas a suportar uma brutal crise social. O salário mínimo foi um dos mais baixos de toda sua história, empurrando 24,1% dos trabalhadores, que recebem apenas esse salário, à miséria. Os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais se acentuaram ainda mais. O fato de mais de 40% da força de trabalho no Nordeste e de 11,6% dos trabalhadores brasileiros não terem sequer renda salarial atestam a pobreza que está submetida a população. Essa é a herança deixada por FHC e que governo PT/Lula tem dado continuidade. A submissão do país aos planos do FMI, que exigem superávit primário e reformas de precarização das relações de trabalho, determina o saque da riqueza produzida e amplia a fome e a miséria para a maioria da população.

2. O governo PT/Lula se comprometeu aplicar as medidas exigidas pelos credores imperialistas. O superávit primário de 4,25%, as reformas previdenciária, tributária e trabalhista, a manutenção dos juros altos e o pagamento de 145 bilhões de reais da dívida externa contribuíram para agravar a crise econômica e social. O resultado de 2003 aponta uma taxa de desemprego de 12,5%, 60% de trabalhadores informais, a queda da massa salarial em 13% e a re-

gressão do PIB em 0,2%. A população ficou, em média, 1,5% mais pobre, porque houve uma queda de 1,5% do PIB per-capita. Os juros altos favoreceram e favorecem os banqueiros, quebram setores da economia, levam à retração de outros e fizeram crescer a dívida pública. Os capitalistas se protegem ajustando a produção ao mercado, destruindo postos de trabalho, demitindo, contratando com salários inferiores e eliminando conquistas sociais. A classe trabalhadora consumiu menos e setores como o da construção civil encolheu 8,6%. O salário mínimo ficou em R\$240,00, condenando os milhões de aposentados e uma parcela da população a viver à mingua. A maioria sentiu o peso dos impostos, da elevação das tarifas e dos preços produtos da cesta-básica. A inflação manteve-se baixa, mas o custo de vida – aluguel, transporte, alimentação etc – para os assalariados tornou-se violento. O PT para chegar ao poder do Estado prometeu 10 milhões de empregos, eliminar com a fome e realizar a reforma agrária. Ao contrário, a maioria oprimida, que depositou seu voto no governo PT/Lula, para se opor os oito anos de medidas anti-trabalhadoras de FHC, vem sentido o continuísmo. Porém, com o agravante de que não se trata de um partido oficial da burguesia, mas de um partido reformista que chegou ao poder com o voto de milhões, prometendo mudanças, mas assumindo a diretriz pró-imperialista.

3. As direções vinculadas à CUT colocaram os sindicatos e a Central a serviço da eleição de Lula. O movimento social foi atomizado e milhões de recursos foram disponibilizados para derrotar o candidato de FHC e canalizar o descontentamento das massas para a eleição do ex-metalúrgico. Calaram-se diante das pressões do FMI e da transição negociada do comando do Estado do PSDB para o PT. Sequer as alianças eleitorais com o PL foram questionadas. Ao tomar posse, a burocracia sindical aceitou integrar-se ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e convocou os Congressos sindicais para aprovar o

apoio ao governo do PT. O governo exigiu que a burocracia sindical não se opusesse à essência da Reforma da Previdência e não organizasse nenhuma resistência às medidas como cobrança dos inativos, elevação da idade e aumento do tempo de serviço. A greve do funcionalismo foi isolada e derrotada pela política da burocracia de sustentar a governabilidade de Lula. As campanhas para reposição das perdas salariais acumuladas em 2003 resultaram em reajustes inferiores ao INPC. Estima-se que 58% dos reajustes negociados ficaram abaixo do cálculo do INPC. Foram negociações e acordos sem luta entre a burocracia e o patronato. Embora os bancos tenham tido lucros exorbitantes, não contrataram e sim demitiram, aumentando a sobrecarga de trabalho daqueles que permaneceram. As montadoras impuseram mais cortes de mão-de-obra e flexibilização. Os acordos da Autovisão na Volks, lay-off em São José dos Campos, os PDVs, terceirização, banco de horas etc foram impostos com a colaboração das direções sindicais. Boa parte da burocracia sindical custista integra os organismos do Estado como Ministério do Trabalho, Departamentos regionais do Trabalho, Fórum Nacional do Trabalho, ou fazem parte das comissões do BNDES, CONDEFAT etc. O governo Lula não revogou nenhuma lei contrária aos interesses dos trabalhadores. Continuam vigentes as medidas provisórias que permitem contratos temporários com direitos reduzidos, leis que regulamentam a terceirização por meio de cooperativas, que legitimam o banco de horas como sistema de compensação de horas-extras, que permitem contratações com redução de encargos e outras tantas que atingem a força de trabalho e beneficia os capitalistas.

4. Nesse início de ano, a CUT e outras Centrais, pressionadas pelo enorme desemprego, lançaram a Campanha pela redução da jornada. Não se trata de uma campanha de mobilização geral para enfrentar o governo e os patrões, mas usam três reivindicações que são: a redução da jornada de trabalho sem re-

dução dos salários; redução da hora-extra e fim do banco de horas, para apoiar um proposta de emenda constitucional (393/01). Trata-se de uma campanha de coleta de assinaturas e destinada ao poder legislativo. As direções usam os trabalhadores e entregam o poder de decisão ao parlamento. Portanto, retiraram a força da classe para arrancar as reivindicações e submetem às negociações no legislativo. Esse método é próprio da burocracia colaboracionista e oposto aos métodos genuínos do proletariado. A reivindicação de redução da jornada permite a ampliação de empregos. Os cálculos do Dieese indicam que a redução de 44 horas para 40 semanais possibilitam no mínimo 3 milhões de novos empregos. Porém, nem sempre a redução de jornada trouxe mais empregos. No final da década de 80, a redução de 48 horas para 44 horas semanais não significou redução do desemprego. Isso porque a redução foi acompanhada de aumento de produtividade e novas tecnologias. Há um outro fator. A redução da jornada não impossibilita a diminuição do número de trabalhadores que cumprem jornadas acima do estipulado. No período de 1988 a 2002, esse número passou de 16,1 milhões para 31,1 milhões. O que significa que 39,8% dos assalariados trabalham mais do que a jornada permitida por lei. Isso mostra que a redução de jornada não pode vir isolada da reivindicação de reajuste salarial. O fato de existirem exaustivas jornadas de trabalho evidencia o poder patronal sobre o Estado e sobre as direções burocratizadas dos sindicatos. As horas-extras por meio de banco de horas ou não, a extensiva jornada, os baixos salários e precarização das relações trabalhistas são legitimados por meio das negociações com os capitalistas. Para os empregadores, a imposição do banco de horas é redução de custos de produção. Por isso, a redução da jornada sem redução salarial (escala móvel das horas de trabalho), que permite o emprego a todos, só é possível se houver a divisão nacional das horas de trabalho disponíveis com o número de trabalhadores. Só assim é possível determinar a duração da semana de trabalho. O direito ao trabalho deve ser uma exigência do proletariado diante da ameaça cada vez mais constante de reti-

rá-lo. A burguesia e seus governos, nessa época de decomposição do capitalismo, colocam boa parte dos operários e assalariados pobres na condição de desempregados crônicos, ou os transformam em miseráveis exaustos com jornadas subhumanas. A burocracia sindical, ao levantar a reivindicação de redução de jornada, não organiza e não coloca os organismos dos trabalhadores (sindicatos) a serviço da luta revolucionária contra o sistema de exploração.

5. Um dos problemas centrais da classe operária é a ausência de independência dos sindicatos frente ao governo e ao Estado burguês. A estatização dos sindicatos não é um fenômeno recente. Assim, que a classe operária ganhou força na defesa das condições de trabalho (redução de jornada, férias remuneradas, descanso semanal etc) e de salário, a burguesia por meio do Estado impôs uma legislação que disciplina o combate entre o trabalho e o capital. A lei anti-greve, os julgamentos de dissídios, as multas, o imposto sindical, taxas negociais, o respeito à propriedade privada e o intervencionismo direto nos sindicatos fazem parte da legislação que regulamenta o funcionamento dos sindicatos e impõe limites à luta de classe. Esses obstáculos foram impostos com a colaboração do Partido Comunista, que dirigia boa parte dos sindicatos na época varguista e no período que antecedeu ao golpe militar. A ditadura militar colocou fim na débil estabilidade após 10 anos de trabalho, criou o FGTS, puniu e assassinou lideranças do movimento sindical e através dos interventores determinou a mais dura centralização estatal. As greves do final dos anos 70 e início de 1980, contra o brutal arrocho salarial, que veio à tona após o chamado "milagre brasileiro", deram expressão ao novo sindicalismo, que se opunha ao intervencionismo estatal da ditadura militar. O ponto alto desse processo foi a greve geral de 21 de julho de 1983, a primeira tentativa de greve após o golpe militar de 1964 e a criação da CUT, como expressão do sindicalismo tido como "autêntico", independente do Estado. A transição da ditadura militar para a forma da democracia representativa (burguesa), os movimentos pelas eleições diretas e as

greves permitiram que as novas direções ganhassem inúmeros sindicatos. Já no início dos anos 90, com a vitória de Collor, o imperialismo exigiu que se aplicassem as orientações do Consenso de Washington. O "novo" sindicalismo não foi capaz de colocar os organismos e o movimento social no combate férreo contra as diretrizes neoliberais. Durante os dois mandatos de FHC, a CUT e a maioria dos sindicatos se colocaram pelo oposicionismo parlamentar. As leis anti-trabalhadoras foram preservadas e as direções já burocratizadas se posicionaram pelo "sindicalismo positivo", uma política de denúncia de aspectos negativos, apoio aos positivos e de apresentação de propostas "alternativas" às medidas, no marco da pressão parlamentar. O novo sindicalismo deu lugar ao colaboracionismo. Os sindicatos se livraram do intervencionismo direto e em pouco tempo passaram a fazer a política da conciliação de classe. Com a eleição do governo do PT, os sindicatos cutistas estão a serviço da governabilidade de Lula.

6. A classe operária vem sendo golpeada pelos ataques brutais nas suas condições de vida, perdendo parte dos salários e suportando o desemprego crescente. As tentativas do proletariado de resistir a essa ofensiva dos capitalistas foram sufocadas pela política colaboracionista da burocracia, que isola os movimentos e se apóia nas condições difíceis de desemprego para empurrar o proletariado ao refluxo. Mas esses anos de experiência com o colaboracionismo e as condições econômicas de ataque geral do capitalismo à vida da maioria levarão o proletariado a retomar as lutas unificadas. O problema principal está em que ainda não se constituiu uma fração revolucionária que possa assumir a responsabilidade do enfrentamento dos oprimidos com a burguesia. A tarefa que se coloca ao embrião do partido do proletariado, que é o POR, é justamente de pôr em pé essa fração programática, que tem sua estratégia a revolução e a ditadura do proletariado. Partindo das reivindicações elementares, que levam os oprimidos a se chocarem contra a exploração do trabalho e o Estado capitalista, o POR poderá se potenciar no seio do proletariado e superar a ausência da direção.

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

22. As idéias dominantes são as da classe dominante

O que demonstra a história das idéias (Geschichte der Ideen) senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as idéias da classe dominante.

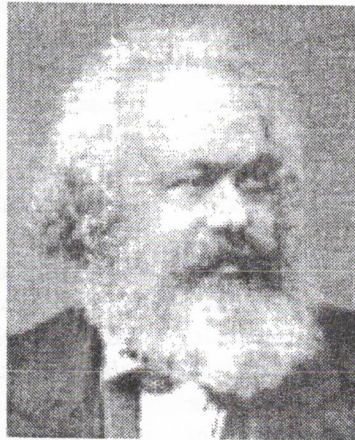
23. A ditadura do proletariado e o socialismo

O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser rea-

lizado, no princípio, por uma intervenção despótica no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção, isto é, por medidas que parecem economicamente insuficientes e insustentáveis mas que, no curso do movimento, ultrapassam a si mesmas e são inevitáveis como meio para revolucionar todo o modo de produção.

Quando as diferenças de classe desaparecerem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se



na luta contra a burguesia o proletariado é forçado a organizar-se como classe, se mediante uma revolução torna-se a classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as antigas relações de produção, então suprime também, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos de classe, as

classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.

Em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Ceará: Um 8 de março de luta pela libertação

Publicamos abaixo trecho do boletim distribuído pela regional de Ceará no 8 de março

O movimento feminista, ao se isolar da luta de classes, acaba abstraindo a verdadeira causa da opressão sofrida pela mulher. A difícil situação da mulher e, no geral, da humanidade, reside na manutenção da propriedade privada e no acúmulo de capital.

Com o advento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, o homem patriarca, além de negociar seu gado e seus escravos, negociava também a aquisição de sua “sagrada esposa”, assim, pôde exercer, desde a Antiguidade, a dominação sobre a mulher dentro do lar e reduziu esta ao papel de sua escrava. Na época do capital, o que aconteceu foi a “coisificação” da mulher, que passou a ser mais ou menos um artigo de luxo, dependendo apenas da condição financeira

de seu esposo. Tudo isso foi cimentado e mantido com a ajuda da religião que exerceu e continua a exercer o controle ideológico que mantém essa anulação da mulher dentro das casas.

Mesmo estando claro que a libertação da mulher, sua igualdade econômica e política, o fim da violência e exploração sexual virão com o fim da sociedade de classes e a destruição de todo aparato ideológico burguês, correntes de pensamento pequeno-burguês, com seus “discursos de gênero”, continuam a conclamar a “guerra entre os sexos”, fomentando, assim, a confusão e a despolitização na sociedade e dentro do movimento. É preciso desazer tal confusão na sociedade. E as próprias mulheres conscientes terão essa tarefa. Elas explicarão para suas companheiras

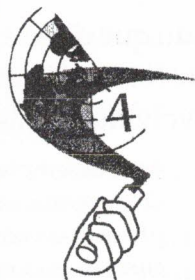
que não é derrotando um sexo pelo outro que a humanidade se verá livre de seus problemas.

Por se tratar de uma luta tão séria, o caminho para buscar o fim da opressão social do homem e da mulher, não pode ser o caminho do artificialismo desesperado. Todos, homens e mulheres, devem se unir em torno do programa revolucionário da classe operária e se unir com as outras classes exploradas para pôr fim a ditadura do capital; a ditadura da burguesia, o sistema econômico apodrecido que mata de fome os filhos das classes não possuidoras; que faz suas filhas se venderem nas esquinas das avenidas; e que, quando não pode mais explorar a força de trabalho do operário o joga dentro do caldeirão de sangue da guerra.

Nesta edição:

- Atos no mundo todo indicam condições favoráveis à luta antiimperialista
- Mentiras do PSTU contra o POR boliviano

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Atos no mundo todo indicam condições favoráveis à luta antiimperialista

Os atos antiimperialistas por todo o mundo no aniversário da Guerra do Iraque (20/03) mostraram insatisfação das massas com o intervencionismo militar e econômico dos EUA em toda parte e disposição de mobilização para enfrentá-la. Milhares de pessoas em cada um dos atos e manifestações em diversos países saíram às ruas para protestar contra Bush e sua guerra e ocupação.

Um dos elementos que impulsionam essas tendências são as consequências, sentidas na pele, do acirramento do intervencionismo imperialista. As mortes de soldados dos diversos países envolvidos, os atentados, as oscilações na economia, tudo aponta para a responsabilidade do imperialismo ianque.

Na maior parte das vezes, as manifestações são de maioria estudantil. Revelam a disposição de luta na

juventude, mas também mostram que a classe operária não está organizada e atuando nesse processo. Trata-se de uma limitação desses movimentos, pois sua pressão de massa se limita ao fechamento de avenidas por algumas horas e conquista de simpatia popular para a luta. Falta a força da paralisação da produção social, capaz de dobrar os capitalistas e seus governos na sanha de opressão nacional. Essa força só pode vir da classe diretamente ligada à produção, o proletariado.

A guerra do Iraque, em que a potência mais armada de toda a história esmagou um país arrasado pelo próprio boicote econômico de 10 anos insuflado pela mesma potência, mostrou que só seria possível evitá-la com a mobilização operária: o boicote à fabricação de armas e suprimentos, a greve de aeroportos e portos, o bloqueio de estradas de ferro e fronteiras etc. Da mesma

forma, a resistência dos iraquianos contra a ocupação depende do armamento geral da população e da mobilização mundial.

A mobilização geral contra a guerra e a ocupação indicam que as condições são favoráveis à luta antiimperialista de massa. O obstáculo são as direções das organizações de massa, comprometidas em diferentes graus em sustentar a ordem econômica e os governos vigentes, e incapazes de lançar as bandeiras consequentes e construir a frente única antiimperialista. A ausência do partido mundial da revolução socialista, formado de seções em cada país, revela-se uma tragédia histórica. Cabe aos revolucionários se apoiarem nas tendências de luta antiimperialista e darem a elas a expressão política e organizativa, construindo o partido operário revolucionário em cada país.

Israel assassina o líder do Hamas

No último dia 22/03, Israel matou com três foguetes o líder do Hamas, que saía de uma mesquita em sua cadeira de rodas. O assassinato foi parabenizado pelo primeiro ministro Sharon, que ainda prometeu que fará o mesmo com outros líderes de organizações palestinas.

Mais de 200 mil palestinos saíram às ruas para protestar contra a morte do líder do Hamas. O que mostra que esse grupo (nacionalista burguês) tem gran-

de apoio popular.

Apesar disso, pelo seu caráter de classe (burguês), é incapaz de levar à frente a luta antiimperialista de massa. Suas ações não ultrapassam os atentados individuais ou de pequenos grupos.

O assassinato do líder deve ser respondido com a luta. As massas nas ruas aproximam-se de nova intifada. O levante geral da população armada sob a

direção do proletariado é a única via para pôr fim à opressão nacional. Cabe aos trabalhadores e oprimidos de todos os países apoiarem a luta palestina pela sua autodeterminação.

A ausência de um partido revolucionário, que expresse em seu programa o armamento geral das massas para a derubada revolucionária do opressor nacional é o maior entrave para a luta palestina.

Bolivia

O que diz o Masas boliviano

O Partido Operário Revolucionário não oculta nada do que disse e fez no passado. Seu programa expõe a análise marxista das leis do desenvolvimento e as transformações qualitativas do país. Muito desse tesouro se encontra nas Obras Completas de G. Lora. O desenvolvimento histórico tem dado a razão aos poristas.

A revolução boliviana amadurece e se realizará como parte da revolução proletária mundial. Mas será uma revolução com particularidades e não a repetição mecânica da que se produza em outras latitudes.

O POR ensina que a revolução social de hoje será dirigida pelo proletariado, que almeja uma sociedade comunista.

Isso se deve ao fato de que somos parte da economia capitalista mundial, o que obriga que a revolução comece dentro das fronteiras do país, obrigatoriamente tem de ser internacional e, para materializar seus objetivos e vencer os objetivos com que choque, tem de apoiar-se no internacionalismo proletário.

A maioria nacional (nação oprimida pelo imperialismo) cumprirá a revolução sempre que conquiste a direção da política do proletariado.

A revolução cumprirá as tarefas democráticas para transformá-las em socialistas. O objetivo é o comunismo.

.....

Há que solucionar o desemprego massivo agora

O desemprego massivo é um dos maiores problemas do país, que tem sua raiz na crise econômica mundial do capitalismo.

Nas cidades, o comércio "informal" e minorista não absor-

ve os desempregados, porque existe e se move à margem deles. O cooperativismo, criatura da realocação massiva, uma das expressões da crise econômica estrutural, tampouco tem podido cumprir essa tarefa.

A burocracia cooperativista vem ameaçando com tomar ou ocupar as minas de alguns dirigentes políticos burgueses (por exemplo, de G. Sánchez de Lozada) e choca com os operários ativos, que advertem defender suas fontes de trabalho, inclusive com suas vidas.

A burocracia da COB e cooperativista rechaça as ameaças dos desempregados e termina defendendo a grande propriedade privada dos patrões.

A tarefa revolucionária consiste em resolver radicalmente o desemprego agora.

Isso implica impor a escala móvel das horas de trabalho (temos dito que tem de dividir entre os operários ocupados e desempregados as horas disponíveis no país), implica a redução das horas de trabalho atuais sem diminuição dos salários, pois são o mínimo que deve receber um trabalhador para viver em condições humanas, tratando-se das minas terá de aumentar o número de "pontas" de trabalho.

Extraído do Masas 1891, 27 de fevereiro de 2004, POR boliviano

Mentiras do PSTU contra o POR boliviano

A revista do PSTU - Marxismo Vivo - faz ataques ao POR boliviano que estremece pela ignorância sobre a política dos trotskistas e pelo rol de mentiras. Na página 24, tem a petulância de igualar a posição do POR com a política de colaboração do Movimento ao Socialismo (MAS), dirigido por Evo Morales, com as forças burguesas contra-revolucionárias. Eis o que é dito:

'Mas essa política de capitulação ao governo atinge também as organizações que se dizem revolucionárias, como o POR de Lora. Sua política, cujo eixo é a 'ditadura do proletariado' em abstrato em todo o momento e lugar, é no fundo ultra oportunista, de denúncia do capitalismo, mas economicismo puro com relação ao governo. Foi assim que encarou a greve dos professores, em março-abril deste ano, quando no momento em que o governo estava mais debilitado que nunca, a greve teve como eixo apenas o aumento salarial, que seria alcançado mediante a redução dos vencimentos dos parlamentares, mas nem uma palavra sequer sobre a dívida externa, por exemplo, e menos ainda sobre a necessidade de encabeçar a mobilização com a exigência central de: Fora Goni e o FMI!'

Os morenistas do PSTU, antigos adversários do POR, evi-

tam analisar de conjunto as respostas dos trotskistas bolivianos às situações concretas do levante das massas. A greve dos professores se concentrou na defesa dos salários e da denúncia do parlamento corrupto justamente porque levava os trabalhadores a se chocarem com toda política pró-imperialista do governo e de seus colaboradores, que faziam demagogia como oposição.

O POR teve a total clareza de expor aos trabalhadores que suas reivindicações mais elementares dependiam destes se colocarem sob a estratégia da tomada do poder, portanto, do estabelecimento da ditadura do proletariado. Não poderiam continuar seguindo as direções traidoras, como Evo Morales. Ocorre que a luta em torno das reivindicações foi se transformando segundo o levante das camadas oprimidas, operária, pequena-burguesia urbana e camponeses cultivadores da folha de coca.

Não se pode esquecer a importância que teve a questão do gás, que envolveu o governo e a burguesia do Chile e dos Estados Unidos. O problema da terra e do plantio da coca, que há muito vem impulsionando os camponeses a luta contra o governo boliviano e o imperialismo, também estiveram na base da insurreição. Coloca-se nesse quadro, a insubordinação de

frações das Forças Armadas e da polícia. O desemprego entre as massas foi combustível para a radicalização do combate popular ao governo Goni.

Sobre todas essas questões o POR se pronunciou e o partido atuou nas assembleias sindicais, populares e nos cabildos abertos. Acusar o POR de economicismo, de colaboracionismo e de sectarismo em torno da estratégia da ditadura do proletariado é o sumo do oportunismo e da mentira desavergonhada.

Aqui no Brasil, publicamos um folheto - Lições da Luta Revolucionária na Bolívia \2003 -, com artigos a partir de setembro de 2003, momento de grande convulsão. Ainda que não expresse toda riqueza da política do POR boliviano, é o suficiente para demonstrar o quanto os morenistas do PSTU são difamadores e sorrateiros.

Citemos algumas passagens desse folheto:

‘Enganam e mentem os que dizem que o gás deve voltar às mãos do governo (agora de Goni), que deve sair pelo Peru e não pelo Chile, para que o povo deixe de ser pobre e se transforme em soberano.

Esquecem que todo o governo burguês serve às multinacionais (ao imperialismo). A consigna correta: A ditadura do proletariado (filha da revolução tomará o gás em suas mãos e os meios de produção para acabar com a miséria’. (Massas boliviano, 1871, 19/9/2003)

.....
‘O governo vendido do MNR-MIR-NFR faz o possível para dar de bandeja o gás para que as multinacionais, que têm se apoderado desse valioso e cobijado recurso natural, possam fazer uma negociata multimilionária com sua venda aos Estados Unidos, a custo dos interesses do país, que não receberá mais que esmolas, que irão parar nos bolsos dos governos de plantão’. (Massas boliviano, 1871)

‘Evo atualmente busca desesperadamente entrar em contato com empresários privados, com as Forças Armadas, com alguns setores intelectuais burgueses, isso quer dizer que tem a mesma plataforma política que a classe dominante. O Masista (de MAS - Movimento ao Socialismo - partido de Evo Morales) da mesma forma que Malku e os ladrões dos governos burgueses são serventes do imperialismo’.

.....
‘Ocorrem algumas ações de Massas (bloqueios, marchas, greve de fome). Corresponde lançar a luta contra a miséria, o desemprego, impor cabildos ou a vontade dos explorados. A direção deve surgir do seio das massas em luta. Ganhar as Forças Armadas e a Polícia e transformá-las em ponta de lança da luta popular.

Corresponde ao Partido Revolucionário assinalar o caminho que permita materializar o objetivo estratégico, a tomada do poder: organizar e armar o povo para generalizar a luta e assentar as bases para vitória insurrecional. Para generalizar a luta é preciso lançar as consignas que busquem superar os problemas gerais e profundos das massas e explicar que, para libertar os oprimidos e explorados, é preciso tomar o poder político e empurrar para o buraco o governo burguês e seu Parlamento miserável.

Só assim varreremos o imperialismo e o governo que nos

serve.

Qual o objetivo estratégico na luta? Há revolução social se se abandona o colaboracionismo e a subordinação à burguesia.

Os bloqueios, as marchas, toda ação direta das massas (expressões dos métodos de luta, da ação direta, da tática das massas), adquirem projeção revolucionária se levam as massas (operárias, camponesas, da classe média) rumo à conquista do poder político e a instauração da ditadura do proletariado (governo operário-camponês).

O objetivo anterior, o de maior importância nesse momento que se vive, se materializará com reivindicações que ponham em pé de guerra a maioria dos explorados e oprimidos. Há que atualizar toda a poderosa herança que o povo acumulou ao longo da luta contra o imperialismo e a burguesia nativa, servente das multinacionais.

Fortalecer as mobilizações lançando os seguintes objetivos:

Salário Mínimo Vital com Escala Móvel, em relação ao aumento dos preços das mercadorias.

Eliminar o desemprego massivo arrancando a escala móvel de horas de trabalho, com referência ao número de operários desempregados e com o trabalho disponível, o que supõe a diminuição da jornada de trabalho, sem que signifique uma redução dos salários, o mínimo que se deve receber para assegurar a vida de uma família em condições humanas.

Livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca (que implica sua transformação em cocaína).

Controle operário coletivo (não individual) das fábricas, minas, fazendas industrializadas.

Recuperação de toda a terra sem indenização e sua entrega em usufruto aos camponeses, na perspectiva de transformá-la em fazendas coletivas maquinizadas.

Autodeterminação das nações nativas (supõe sua organização política em Estados soberanos).

Viva a ação direta das massas! Abaixo o Parlamento, o legalismo, a submissão ao Estado e leis burguesas!

(Capa do Jornal Massas n. 1872, de 26/9/2003)

.....
‘Algumas resoluções que URMA (Corrente Revolucionária nos professores) fez aprovar no congresso do magistério:

1. Gás

O gás nas mãos do Estado Socialistas (Governo de Operários e Camponeses), assim planejaremos o desenvolvimento integral da economia boliviana apoiando-nos nesse importante recurso energético.

2. Escala móvel de horas de trabalho

O governo deve declarar a vigência da escala móvel de horas de horas de trabalho. O trabalho disponível deve dividir-se entre trabalhadores ativos e desempregados, sem diminuir os salários vigentes.

3. A Alca

Rechaçar a incorporação da Bolívia a Alca. Chamar os explorados do país e da América latina a lutar contra a Alca. (extraído do Massas boliviano, n. 1872, 26/9/2003)

.....
Esses posicionamentos do POR, por si só, são suficientes

para demonstrar as mentiras do PSTU. Mas apresentemos ainda uma resolução que o partido defendeu no cabildo aberto de 2 de outubro, realizado em La Paz, que foi aprovada, e sua compreensão sobre a importância dos cabildos para a tomada do poder.

- Expulsar a burguesia e o governo Goni.
 - Salário igual a cesta-básica com escala móvel.
 - Escala móvel das horas de trabalho.
 - Recuperar toda a terra para os camponeses. Autodeterminação das nacionalidades oprimidas.
 - Ocupação e estatização das empresas privatizadas.
 - Livre cultivo, comercialização e industrialização da coca.
 - Rechaçar a reforma educacional do Banco Mundial.
 - utilizar como método de luta a ação direta e de massa etc.
- (Jornal Massas de 10 de outubro de 2003)

.....

‘O trotsquismo boliviano defende e trabalha para que os cabildos abertos implantem a democracia operária e constituam órgãos de poder das massas’. (Massas, 10 de outubro de 2003)

Por que o PSTU precisa recorrer a falsificações sobre a política do POR boliviano

Ocorre que os morenistas bolivianos do Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST) não viram no levante das massas uma insurreição que exigia a presença do partido revolucionário colocando a tarefa da tomada do poder pela via dos cabildos abertos, como fez o POR.

Para eles, a COB burocratizada por sua direção, o MAS de Evo Morales e o caudilho Mallku deveriam constituir um governo dos trabalhadores. O chamado a organizar as milícias armadas, sob essas forças, mostra a bravata dos oportunistas, que deixaram de defender a estratégia própria de tomada do poder pelas massas em levante por uma estratégia de um governo das direções corrompidas. E que estavam francamente trabalhando contra a desintegração do Estado e pela reconstituição de um governo burguês. Que finalmente veio a acontecer. Eis o que diz o Manifesto do MST”:

‘Por isso, junto à COB, dizemos: Abaixo o governo de Goni entreguista e de miséria! Impulsionemos a Greve Geral a partir das bases; que se somem todos os setores, em especial os cocalleros e os trabalhadores das fábricas. Viva o bloqueio dos camponeses do altiplano! Façamos de cada local de trabalho e de estudo uma trincheira de combate. Nesta batalha não há lugar para a neutralidade: ou com a COB e a Greve Geral ou com o Governo. Exigimos de Evo e da direção do MAS que se coloquem ao lado da COB e da Greve Geral, abandonando sua política de ‘defesa da democracia’ e de sustentação do governo até 2007. Que o Mallku faça a sua parte em prol da vitória dos camponeses em luta. Que o POR e Olivera façam o mesmo. Se não se quer ir a uma derrota mas brigar pela vitória, essa deve ser a via’. (página 30)

Esse chamado, que inclui o POR, vem no sentido da seguinte bandeira: ‘Que a COB, com Solares, Evo e Mallku assumam o governo!’. Os caudilhos e burocratas corrompidos na política burguesa foram convocados pelos morenistas a constituir um

governo dos trabalhadores. Como não podem colocá-los à cabeça de um levante armado, porque se tornaria jocosa a posição dos morenistas, então deixam em aberto a questão de como resolver o poder no dito manifesto. Não há maior oportunismo do que isto. No balanço - Bolívia: uma revolução operária e socialista em curso -, quando as evidências de que Solares, Morales e Mallku expuseram completamente a política traidora, os morenistas mostram que não aprenderam nada com o levante insurrecional e continuam com a mesma lenga-lenga de reivindicar a tática do bolchevismo aplicado na Revolução Russa, como se pudesse ter alguma identidade histórica entre os acontecimentos e as organizações envolvidas na Rússia e na Bolívia atual. Termina assim o balanço:

‘É necessário que a direção da COB, assim como Evo Morales e Mallku, rompam com a trégua, quer dizer rompam com a burguesia, o governo de Carlos Mesa e assumam a tarefa de preparar o poder dos trabalhadores do campo e da cidade’. (pág. 16)

Os morenistas ‘atuaram’ no levante como se fosse a revolução de fevereiro na Rússia de 1917 e que a tarefa era a de levar ao poder os caudilhos que pactuam com a burguesia. Agora começam a achar que essa etapa pode ter passado e que é necessário constituir uma direção revolucionária. Vejam o que dizem:

‘Dirigentes intermediários e ativistas e, inclusive alguns dirigentes nacionais, depois de fazer o balanço dos acontecimentos de outubro, do papel das atuais direções conciliadoras, começam a considerar que o problema central que tem que se resolver para encarar a nova situação, é o problema da direção revolucionária. Esta conclusão é chave. Nós, do Movimento Socialista dos Trabalhadores - MST-, coincidimos plenamente e queremos fazer parte da tarefa de levar adiante a formação dessa direção, junto com todos eles. Por isso, no calor de impulsionar a luta pelo poder dos trabalhadores nesta fase da revolução, queremos confluir com eles para construir a direção revolucionária que a revolução operária e socialista boliviana exige para sua vitória definitiva’. (pág. 16)

Extraordinária conclusão dos morenistas. Só agora estão ainda considerando que o problema chave é a da direção revolucionária. Baixam o pau, sem mais nem menos, no POR boliviano, que procurou potenciar os cabildos abertos com a política da direção revolucionária, que trabalhou pela aliança operária e camponesa e que tem a estratégia da ditadura do proletariado e a tática da insurreição armada para a tomada do poder, como se este partido estivesse desviado da revolução por defender em abstrato a estratégia da tomada do poder pela via revolucionária em plena convulsão. Justamente o oposto se passou.

O POR trabalhou incessantemente para se constituir em direção física da insurreição, com o programa da revolução operária. Os morenistas ficaram correndo atrás dos caudilhos em decomposição e claramente em posição traidora. Agora, concluem que chegou a hora de constituir uma direção revolucionária. Está aí por que são obrigados a atacar com mentiras a única organização marxista leninista trotsquista, ferramenta da revolução boliviana. O combate ao POR coloca os morenistas na contramão da tarefa de separar as massas dos caudilhos traidores.